

## Improbabilidade cósmica<sup>1</sup>

Análise dos padrões de gastos dos deputados federais mostra que grande parte deles provavelmente “massageou” as contas para chegar ao máximo permitido em algum semestre na atual legislatura.

**Mai/2009**

Análise realizada no âmbito do projeto Excelências, da Transparência Brasil, sobre a forma como os deputados federais declaram as despesas que teriam realizado para receber as duas verbas ditas “indenizatórias” mostra que para 360 deles (ou seja, 70%) ocorreu a coincidência de terem gasto exatamente o teto de R\$ 90 mil por semestre em pelo menos um semestre desde 2007.

Desses 360, 59 deputados conseguiram a proeza de acertarem o teto nos quatro semestres de 2007 e 2008.

*Atualização: em ofício enviado à Transparência Brasil em outubro de 2009, o procurador da Câmara Federal, deputado Sérgio Barradas (PT/BA), informa que, desse conjunto de 59 deputados, 56 receberam a quantia equivalente ao teto porque apresentaram documentos cuja soma excede o montante permitido. Em resposta, a Transparência Brasil alertou o deputado para os fatos de que: 1) até aquela data, essa informação não era disponível no sítio de Internet da Câmara; 2) restam três deputados cujas prestações de contas não se encaixam na hipótese aventada.*

---

### Aos órgãos de imprensa – Referência ao projeto Excelências

*A utilidade do Excelências para o público depende de as pessoas conhecerem o endereço do projeto. Os relatórios que a Transparência Brasil divulga a partir dos dados recolhidos pelo projeto não se esgotam em si mesmos. Os dados do projeto, bem como as agregações temáticas, são atualizados continuamente e estão sempre à disposição do visitante. Por isso, seria muito importante que o órgão de imprensa, na eventualidade de citar resultados provenientes do projeto, fizesse acompanhar a notícia do endereço do Excelências na Internet: [www.excelencias.org.br](http://www.excelencias.org.br).  
Agradecemos.*

---

A probabilidade de um deputado qualquer apresentar notas fiscais que somem precisamente o montante máximo num único semestre é de cerca de 0,0002%,<sup>2</sup> ou seja, dois décimos-milésimos por cento. A probabilidade de conseguir a façanha em todos os quatro semestres é de aproximadamente 1 para 10<sup>21</sup> (ou seja, 1 seguido de 21 zeros). Isso é quase o número de estrelas que existem no universo observável, que é de cerca de 10<sup>23</sup>. Isso para um único deputado.

---

<sup>1</sup> Estudo elaborado em maio de 2009 por Fabiano Angélico, coordenador de projetos da Transparência Brasil. Direção: Claudio Weber Abramo.

<sup>2</sup> Cálculo realizado por CWAbramo, a partir do padrão de gastos declarados por cada deputado nos cinco meses anteriores ao último do semestre e determinando, para cada um deles, a probabilidade de o montante do último mês ser exato até os centésimos de real. O valor de 0,0002% corresponde à média das probabilidades individuais observadas.

Para que o fenômeno se repita simultaneamente em quatro semestres seguidos para 59 deputados, a chance de que isso seja obra do acaso resulta inferior a 1 para  $10^{84}$ , um número que é dez mil vezes maior do que a quantidade de átomos do universo (cerca de  $10^{80}$ ).

Embora seja impossível afirmar taxativamente que todos esses casos configurem má-intenção e que tenham resultado de “massagem” deliberada de notas fiscais por parte dos deputados em questão, semelhante coincidência seria cosmicamente improvável para o conjunto deles. Na vida real, uma impossibilidade.

Esse gênero de dúvida surge devido à permissividade com que a Câmara dos Deputados tem tratado as verbas ditas “indenizatórias”.

A verba “indenizatória” é um mecanismo segundo o qual o parlamentar usa o próprio dinheiro para despesas em tese ligadas à atividade legislativa e posteriormente reivindica ressarcimento por tais gastos. Na Câmara dos Deputados, o teto para o ressarcimento é de R\$ 15 mil mensais.

A Transparência Brasil, em seu projeto Excelências ([www.excelencias.org.br](http://www.excelencias.org.br)), recolhe e publica os dados sobre a utilização desses recursos. A maneira como cada parlamentar se utiliza da verba em sete Casas legislativas (a Câmara Federal é uma delas) pode ser visualizada em [www.excelencias.org.br/@resumo\\_verbas.php](http://www.excelencias.org.br/@resumo_verbas.php).

Na Câmara dos Deputados, a verba “indenizatória”, criada em 2001, cobre despesas com oito itens: aluguel, transporte, combustíveis, consultorias, divulgação da atividade parlamentar, material de escritório, serviços de escritório (como acesso à Internet ou assinatura de periódicos ou de TV por assinatura) e serviços de segurança particular. Os serviços passíveis de reembolso só foram explicitados no Ato da Mesa nº 32, de 2003 (documento que teve incisos alterados em 2006 e em 2009, após a divulgação de escândalos relativos ao uso desse dinheiro).

Embora o documento mencione o montante de R\$ 15 mil mensais, o parlamentar pode extrapolar esse limite em um mês ou mais, desde que não ultrapasse R\$ 90 mil em um semestre.

A ausência de limites mensais leva a duas situações facilmente identificáveis ao se analisar os dados mais detidamente:

- Registro mensal sempre do mesmo montante de R\$ 15 mil, sem fracionamentos (portanto, ao final do semestre o deputado terá embolsado R\$ 90 mil) e
- Registro mensal em montantes variados, os quais, somados, também resultam em R\$ 90 mil (ou algo muito próximo disso).

Como há oito tipos de despesas passíveis de ressarcimento e como essas despesas não guardam relação entre si, provoca no mínimo curiosidade que a soma de várias notas fiscais resulte exatamente no teto permitido por semestre.

Além dessa coincidência, é notável o fato de que, após reportagens relatando o mau uso da verba,<sup>1</sup> os registros da Câmara dos Deputados revelarem que a sua utilização durante o primeiro quadrimestre de 2009 tenha caído bastante na comparação com os dois anos anteriores:

Gastos agregados com verba “indenizatória” no 1º quadrimestre de 2007, 2008 e 2009					
jan-abr 2007	jan-abr 2008	jan-abr 2009	Variação 1ºQ2009/1ºQ2007	Variação. 1ºQ2009/1ºQ2008	
21.888.583,96	26.654.130,73	16.287.248,01	-25,6%	-38,9%	

Esses números, além da hesitação da Mesa Diretora da Câmara em publicar detalhes das notas fiscais apresentadas pelos deputados,<sup>2</sup> evidenciam a necessidade de se dar transparência às notas relativas a despesas efetuadas em 2007, em 2008 e no primeiro trimestre de 2009, da mesma forma como estão

<sup>1</sup> Por exemplo: [www.deunojornal.org.br/materia.asp?mat=264983](http://www.deunojornal.org.br/materia.asp?mat=264983)

<sup>2</sup> Por exemplo: [www.deunojornal.org.br/materia.asp?mat=262548](http://www.deunojornal.org.br/materia.asp?mat=262548)

disponíveis ao público, na Internet ([www2.camara.gov.br/transparencia/vi](http://www2.camara.gov.br/transparencia/vi)), os detalhes das notas fiscais apresentadas em abril de 2009.

Diante das evidências, cabe ainda a autoridades competentes investigarem o uso da verba “indenizatória” em 2007 e 2008 (ver as recomendações da Transparência Brasil ao final deste estudo).

### Os “reincidentes” e os “atrasados”

A Transparência Brasil analisou os dados sobre o uso de verba “indenizatória” nos últimos quatro semestres por parte dos deputados federais que estavam em exercício em 12 de maio de 2009.

A análise procurou detectar quantos parlamentares se utilizaram de toda a verba disponível ou chegaram muito próximo a isso (diferença nunca maior do que R\$ 1). Esse recorte exclui vários deputados federais cujas despesas reembolsadas somam montantes pouco abaixo dos R\$ 89.999 em um semestre. Caso esses fossem incluídos, seria ainda maior o número de parlamentares cujas contas apresentam motivos para serem examinadas com mais cuidado.

A partir da identificação dos parlamentares que, a cada semestre, utilizaram a totalidade dos recursos disponíveis (ou ficaram a menos de R\$ 1 desse teto), deu-se destaque para os “reincidentes”, ou seja, os deputados que apresentaram esse padrão em todos os quatro semestres.

Também estão assinalados neste estudo os “atrasados” — deputados que, embora não tenham alcançado o limite máximo permitido, apresentaram despesas maiores do que R\$ 30 mil no último mês de um semestre. Esses deputados foram chamados de “atrasados” porque “correram” para apresentar notas fiscais no último mês do semestre. É importante assinalar esses casos uma vez que é bastante pouco provável que alguém com um gasto médio inferior a R\$ 12 mil nos cinco primeiros meses de um semestre realize despesas superiores a R\$ 30 mil em junho e, mais ainda, em dezembro, mês em que as atividades parlamentares se reduzem de modo considerável.

#### Reincidentes

A análise dos dados permite concluir que nada menos de 360 deputados utilizaram em algum dos últimos quatro semestres do montante máximo disponível para a verba “indenizatória”. Para consultar os dados agregados sobre verba indenizatória, por deputado, acesse [www.excelencias.org.br/@resumo\\_verbas.php](http://www.excelencias.org.br/@resumo_verbas.php). A planilha completa com os 360 deputados que em algum semestre reivindicaram exatamente o total permitido está em [www.excelencias.org.br/docs/VerbaCD2007\\_2008.xls](http://www.excelencias.org.br/docs/VerbaCD2007_2008.xls).

Desse conjunto de 360 deputados federais, 59 foram “reincidentes”, ou seja, declararam ter utilizado todo o recurso disponível em todos os quatro semestres analisados. Ainda mais improvável do que a ocorrência de vários montantes aleatórios alcançarem um teto pré-estabelecido é esse fato ocorrer em quatro ocasiões consecutivas.

Observação: para o primeiro semestre de 2007, há dois tetos: um de R\$ 75 mil e outro de R\$ 90 mil, pois alguns parlamentares assumiram em 1º de fevereiro daquele ano, ao passo que outros foram reeleitos, e portanto já eram deputados em janeiro de 2007. Para os novatos, o limite de despesas permitidas na primeira metade de 2007 era de R\$ 75 mil (R\$ 15 mil ao mês entre fevereiro e junho), e para os reeleitos, de R\$ 90 mil.

Os 59 deputados “reincidentes” estão assinalados na tabela (montantes expressos em reais):

Parlamentar	jun/07	1º sem 2007	dez/07	2º sem 2007	jun/08	1º sem 2008	dez/08	2º sem 2008
Afonso Hamm (PP/RS)	14.745,97	75.000,00	15.929,21	90.000,00	15.482,54	90.000,00	13.582,19	90.000,00
Andreia Zito (PSDB/RJ)	31.333,14	75.000,01	3.221,25	90.000,00	14.618,50	90.000,00	8.345,42	90.000,00
Angela Portela (PT/RR)	16.863,46	75.000,00	14.045,62	90.000,00	14.989,50	90.000,00	14.768,00	90.000,00
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	15.000,00	90.000,00	15.000,00	90.000,00	15.000,00	90.000,00	15.000,00	90.000,00

<b>Parlamentar</b>	<b>jun/07</b>	<b>1º sem 2007</b>	<b>dez/07</b>	<b>2º sem 2007</b>	<b>jun/08</b>	<b>1º sem 2008</b>	<b>dez/08</b>	<b>2º sem 2008</b>
<i>Bel Mesquita (PMDB/PA)</i>	9.057,80	<b>75.000,00</b>	9.429,36	<b>90.000,00</b>	300,00	<b>90.000,00</b>	13.098,37	<b>90.000,00</b>
<i>Beto Mansur (PP/SP)</i>	52.488,91	<b>74.999,96</b>	43.288,81	<b>90.000,04</b>	6.994,95	<b>90.000,00</b>	6.511,08	<b>90.000,00</b>
<i>Bilac Pinto (PR/MG)</i>	21.347,26	<b>75.000,00</b>	19.177,31	<b>90.000,00</b>	13.496,24	<b>90.000,00</b>	13.035,31	<b>90.000,00</b>
<i>Cândido Vaccarezza (PT/SP)</i>	10.743,35	<b>75.000,00</b>	15.077,46	<b>90.000,02</b>	9.798,46	<b>90.000,00</b>	28.467,94	<b>90.000,00</b>
<i>Chico da Princesa (PR/PR)</i>	15.000,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>
<i>Ciro Pedrosa (PV/MG)</i>	34.813,66	<b>75.000,00</b>	2.486,15	<b>90.000,00</b>	1.213,50	<b>90.000,00</b>	18.857,09	<b>90.000,00</b>
<i>Daniel Almeida (PC do B/BA)</i>	8.965,67	<b>90.000,00</b>	5.539,89	<b>90.000,00</b>	12.273,08	<b>90.000,00</b>	14.956,14	<b>90.000,00</b>
<i>Devanir Ribeiro (PT/SP)</i>	15.665,58	<b>90.000,00</b>	24.855,70	<b>90.000,00</b>	18.835,37	<b>90.000,00</b>	20.991,18	<b>90.000,00</b>
<i>Edmar Moreira (DEM/MG)</i>	14.000,00	<b>90.000,00</b>	14.680,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>
<i>Edson Aparecido (PSDB/SP)</i>	13.983,00	<b>75.000,05</b>	14.464,62	<b>90.000,00</b>	8.173,60	<b>90.000,00</b>	24.193,24	<b>90.000,00</b>
<i>Edson Duarte (PV/BA)</i>	12.856,62	<b>90.000,02</b>	4.006,67	<b>90.000,00</b>	13.169,60	<b>90.000,00</b>	8.412,50	<b>90.000,00</b>
<i>Eduardo Sciarra (DEM/PR)</i>	10.473,38	<b>90.000,00</b>	10.520,26	<b>90.000,00</b>	7.324,76	<b>90.000,00</b>	9.993,44	<b>90.000,00</b>
<i>Geraldo Thadeu (PPS/MG)</i>	17.862,33	<b>90.000,00</b>	10.510,60	<b>90.000,00</b>	13.700,51	<b>90.000,00</b>	19.751,25	<b>90.000,00</b>
<i>Giacobo (PR/PR)</i>	15.148,52	<b>89.999,91</b>	14.054,14	<b>90.000,01</b>	8.030,92	<b>90.000,00</b>	13.829,74	<b>90.000,00</b>
<i>Jaime Martins (PR/MG)</i>	19.328,70	<b>90.000,00</b>	24.767,99	<b>90.000,00</b>	13.352,57	<b>90.000,00</b>	13.840,04	<b>90.000,00</b>
<i>João Almeida (PSDB/BA)</i>	17.234,16	<b>89.999,94</b>	18.183,84	<b>90.000,05</b>	20.174,78	<b>90.000,00</b>	464,61	<b>90.000,00</b>
<i>João Campos (PSDB/GO)</i>	22.297,99	<b>90.000,00</b>	20.734,86	<b>90.000,00</b>	8.006,36	<b>90.000,00</b>	18.113,52	<b>90.000,00</b>
<i>João Carlos Bacelar (PR/BA)</i>	10.879,66	<b>75.000,02</b>	17.435,31	<b>90.000,00</b>	29.876,01	<b>90.000,00</b>	20.014,86	<b>90.000,00</b>
<i>João Magalhães (PMDB/MG)</i>	4.512,94	<b>90.000,01</b>	14.636,17	<b>90.000,00</b>	11.023,49	<b>90.000,00</b>	7.613,34	<b>90.000,00</b>
<i>João Oliveira (DEM/TO)</i>	13.851,53	<b>75.000,00</b>	14.654,66	<b>89.999,62</b>	13.163,22	<b>90.000,00</b>	14.708,01	<b>90.000,00</b>
<i>Jorge Khoury (DEM/BA)</i>	14.896,89	<b>90.000,09</b>	12.827,00	<b>89.999,99</b>	15.025,30	<b>90.000,00</b>	3.838,82	<b>90.000,00</b>
<i>José Carlos Aleluia (DEM/BA)</i>	8.347,03	<b>89.999,98</b>	11.990,07	<b>90.000,00</b>	8.477,02	<b>90.000,00</b>	11.508,19	<b>90.000,00</b>
<i>José Eduardo Cardozo (PT/SP)</i>	24.426,80	<b>90.000,00</b>	5.751,00	<b>90.000,00</b>	10.631,39	<b>90.000,00</b>	9.603,77	<b>90.000,00</b>
<i>José Linhares (PP/CE)</i>	14.017,65	<b>90.000,00</b>	13.963,90	<b>90.000,00</b>	12.605,54	<b>90.000,00</b>	11.197,18	<b>90.000,00</b>
<i>Lael Varella (DEM/MG)</i>	8.083,68	<b>90.000,00</b>	8.384,55	<b>90.000,00</b>	13.119,86	<b>90.000,00</b>	19.637,05	<b>90.000,00</b>
<i>Lelo Coimbra (PMDB/ES)</i>	10.539,47	<b>75.000,00</b>	14.539,38	<b>90.000,01</b>	12.261,00	<b>90.000,00</b>	10.249,75	<b>90.000,00</b>
<i>Leonardo Monteiro (PT/MG)</i>	10.469,91	<b>90.000,00</b>	15.275,40	<b>90.000,03</b>	12.164,04	<b>90.000,00</b>	14.746,49	<b>90.000,00</b>
<i>Lincoln Portela (PR/MG)</i>	19.297,29	<b>90.000,00</b>	9.852,69	<b>90.000,00</b>	14.502,69	<b>90.000,00</b>	12.641,38	<b>90.000,00</b>
<i>Lira Maia (DEM/PA)</i>	5.689,01	<b>75.000,05</b>	70,00	<b>90.000,02</b>	4.860,89	<b>90.000,00</b>	15.081,63	<b>90.000,00</b>
<i>Luiz Couto (PT/PB)</i>	9.875,61	<b>90.000,00</b>	13.854,60	<b>90.000,00</b>	12.433,31	<b>90.000,00</b>	14.805,15	<b>90.000,00</b>
<i>Manoel Junior (PSB/PB)</i>	15.070,00	<b>75.000,00</b>	14.000,00	<b>90.000,00</b>	19.500,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>
<i>Márcio R. Moreira (PP/MG)</i>	11.222,25	<b>90.000,00</b>	10.186,61	<b>90.000,00</b>	12.449,09	<b>90.000,00</b>	13.330,55	<b>90.000,00</b>
<i>Marcos Medrado (PDT/BA)</i>	14.975,00	<b>75.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>	15.000,00	<b>90.000,00</b>
<i>Mauro Lopes (PMDB/MG)</i>	10.028,68	<b>90.000,00</b>	11.312,83	<b>90.000,00</b>	13.438,94	<b>90.000,00</b>	7.970,17	<b>90.000,00</b>
<i>Moreira Mendes (PPS/RO)</i>	8.762,31	<b>75.000,01</b>	13.933,50	<b>89.999,98</b>	20.365,31	<b>90.000,00</b>	28.780,43	<b>90.000,00</b>
<i>Natan Donadon (PMDB/RO)</i>	14.244,16	<b>90.000,00</b>	14.099,06	<b>90.000,00</b>	16.611,89	<b>90.000,00</b>	14.616,22	<b>90.000,00</b>
<i>Nelson Goetten (PR/SC)</i>	5.045,26	<b>75.000,00</b>	13.737,42	<b>90.000,04</b>	12.593,50	<b>90.000,00</b>	12.393,60	<b>90.000,00</b>
<i>Nelson Meurer (PP/PR)</i>	14.456,84	<b>90.000,00</b>	13.755,90	<b>90.000,00</b>	14.028,80	<b>90.000,00</b>	13.079,39	<b>90.000,00</b>
<i>Neudo Campos (PP/RR)</i>	6.162,78	<b>75.000,00</b>	7.970,00	<b>90.000,00</b>	9.200,00	<b>90.000,00</b>	4.500,00	<b>90.000,00</b>
<i>Olavo Calheiros (PMDB/AL)</i>	14.425,70	<b>90.000,00</b>	14.996,84	<b>90.000,02</b>	14.998,21	<b>90.000,00</b>	14.998,33	<b>90.000,00</b>
<i>Otávio Leite (PSDB/RJ)</i>	27.891,72	<b>75.000,00</b>	11.176,40	<b>90.000,00</b>	14.116,62	<b>90.000,00</b>	12.889,82	<b>90.000,00</b>
<i>Paulo Magalhães (DEM/BA)</i>	13.762,16	<b>90.000,00</b>	14.260,33	<b>90.000,00</b>	14.063,63	<b>90.000,00</b>	15.144,19	<b>90.000,00</b>
<i>Paulo R. Santiago (PDT/PE)</i>	3.926,21	<b>89.999,99</b>	3.000,00	<b>90.000,00</b>	46,50	<b>90.000,00</b>	4.267,37	<b>90.000,00</b>
<i>Pedro Eugênio (PT/PE)</i>	11.915,53	<b>75.000,00</b>	9.200,95	<b>90.000,00</b>	9.283,50	<b>90.000,00</b>	15.247,05	<b>90.000,00</b>

Parlamentar	jun/07	1º sem 2007	dez/07	2º sem 2007	jun/08	1º sem 2008	dez/08	2º sem 2008
Raimundo G. Matos (PSDB/CE)	8.634,24	90.000,00	2.790,00	90.000,00	7.457,21	90.000,00	14.830,86	90.000,00
Raul Henry (PMDB/PE)	16.798,29	75.000,00	6.204,22	90.000,00	8.584,67	90.000,00	12.981,50	90.000,00
Rogério Lisboa (DEM/RJ)	13.001,00	75.000,00	7.200,00	90.000,00	10.827,99	90.000,00	9.251,71	90.000,00
Sarney Filho (PV/MA)	3.900,00	90.000,01	14.769,33	90.000,00	10.568,11	90.000,00	9.459,39	90.000,00
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	12.538,08	75.000,00	10.354,26	90.000,00	7.764,40	90.000,00	16.204,46	90.000,00
Sérgio Brito (PDT/BA)	119,46	75.000,00	8.065,42	90.000,00	14.229,32	90.000,00	2.617,42	90.000,00
Severiano Alves (PDT/BA)	14.036,48	90.000,00	10.941,13	90.000,00	14.070,00	90.000,00	15.299,55	90.000,00
Sílas Câmara (PSC/AM)	84.800,00	90.000,00	8.310,34	90.000,00	56.735,20	90.000,00	19.213,93	90.000,00
Vander Loubet (PT/MS)	27.531,77	90.000,03	21.820,55	90.000,00	7.900,00	90.000,00	9.876,26	90.000,00
Wladimir Costa (PMDB/PA)	15.000,00	90.000,00	15.000,00	90.000,00	15.000,00	90.000,00	15.000,00	90.000,00
Zequinha Marinho (PMDB/PA)	13.820,56	90.000,00	8.509,12	90.000,00	12.434,27	90.000,00	10.291,47	90.000,00

\* Daniel Almeida não registrou despesas em dezembro de 2008; o dado se refere a novembro daquele ano

Por bancada estadual, os 59 estão divididos da seguinte maneira:

UF	Reincidentes	Total da bancada	%
MG	11	53	21%
BA	10	39	26%
SP	5	70	7%
PA	4	17	24%
PR	4	30	13%
CE	3	22	14%
PE	3	25	12%
RJ	3	46	7%
RO	2	8	25%
RR	2	8	25%
PB	2	12	17%
AL	1	8	13%
AM	1	8	13%
AP	1	8	13%
MS	1	8	13%
TO	1	8	13%
ES	1	10	10%
SC	1	16	6%
GO	1	17	6%
MA	1	18	6%
RS	1	31	3%

Por partido, esta é a distribuição dos 59 “reincidentes”:

Legenda	Reincidentes	Total da bancada	%
PMDB	10	96	10%

<b>Legenda</b>	<b>Reincidentes</b>	<b>Total da bancada</b>	<b>%</b>
<i>DEM</i>	9	57	16%
<i>PT</i>	8	78	10%
<i>PR</i>	7	43	16%
<i>PP</i>	6	38	16%
<i>PSDB</i>	6	58	10%
<i>PDT</i>	5	25	20%
<i>PV</i>	3	14	21%
<i>PPS</i>	2	13	15%
<i>PSC</i>	1	11	9%
<i>PC do B</i>	1	12	8%
<i>PSB</i>	1	29	3%

### *Atrasados*

Outro padrão observado na utilização da verba “indenizatória” é o registro de elevadas quantias no último mês de cada semestre. Como a contagem “zero” ao final de junho e ao final de dezembro, alguns deputados “correm” para garantir os recursos: em junho de 2007, dezembro de 2007, junho de 2008 e dezembro de 2008 há numerosos registros de quantias acima de R\$ 15 mil.

Destacaram-se em seguida os registros iguais ou superiores a R\$ 30 mil (o dobro da quantia estabelecida como base para gastos mensais). Ressalte-se que esse recorte busca assinalar os casos mais extremos. Há muitos outros deputados que, embora não registrem gastos superiores a R\$ 30 mil no último mês do semestre, apresentam em tais meses despesas maiores do que em meses anteriores.

Sessenta e três deputados apresentaram ao menos uma vez despesas superiores a R\$ 30 mil em pelo menos um mês que fecha o semestre (ainda que não tenham alcançado o teto, em algumas ocasiões). Há 14 parlamentares que gastaram mais de R\$ 30 mil no último mês do semestre em dois, três ou quatro semestres.

<b>Parlamentar</b>	<b>Montante</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Total no semestre correspondente</b>
<i>Antonio C. Mendes Thame (PSDB/SP)</i>	30.268,24	dez/07	90.000,05
<i>Beto Mansur (PP/SP)</i>	43.288,81	dez/07	90.000,04
<i>Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)</i>	33.040,42	jun/07	90.000,01
<i>Aldo Rebelo (PC do B/SP)</i>	37.413,58	dez/08	90.000,00
<i>Antonio C. Mendes Thame (PSDB/SP)</i>	37.159,71	jun/08	90.000,00
<i>Arnon Bezerra (PTB/CE)</i>	32.333,19	jun/07	90.000,00
<i>Bruno Rodrigues(PSDB/PE)</i>	30.910,12	dez/08	90.000,00
<i>Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)</i>	33.876,96	jun/08	90.000,00
<i>Dr. Ubiali (PSB/SP)</i>	32.774,77	dez/07	90.000,00
<i>Jovair Arantes (PTB/GO)</i>	44.938,67	dez/08	90.000,00
<i>Marco Maia (PT/RS)</i>	41.288,51	jun/07	90.000,00
<i>Marinha Raupp (PMDB/RO)</i>	37.038,25	jun/08	90.000,00
<i>Maurício Rands (PT/PE)</i>	46.600,02	dez/07	90.000,00
<i>Maurício Rands (PT/PE)</i>	44.937,12	jun/08	90.000,00
<i>Maurício Rands (PT/PE)</i>	42.018,93	jun/07	90.000,00
<i>Osmar Serraglio (PMDB/PR)</i>	39.725,80	dez/07	90.000,00
<i>Pastor Pedro Ribeiro (PMDB/CE)</i>	36.941,25	dez/08	90.000,00

<b>Parlamentar</b>	<b>Montante</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Total no semestre correspondente</b>
Silas Câmara (PSC/AM)	84.800,00	jun/07	90.000,00
Silas Câmara (PSC/AM)	56.735,20	jun/08	90.000,00
Carlos Zarattini (PT/SP)	36.408,26	dez/07	89.999,98
Jutahy Junior (PSDB/BA)	37.092,55	jun/07	89.999,98
Hermes Parcianello (PMDB/PR)	31.345,52	dez/07	89.999,97
Marinha Raupp (PMDB/RO)	34.645,90	dez/08	89.999,96
Jair Bolsonaro (PP/RJ)	58.538,66	dez/08	89.965,79
Pinto Itamaraty (PSDB/MA)	39.037,00	dez/08	89.940,30
Jair Bolsonaro (PP/RJ)	57.896,53	jun/07	89.901,69
Luciana Genro (PSOL/RS)	49.651,04	dez/08	89.896,03
Antonio C. Mendes Thame (PSDB/SP)	38.416,16	jun/07	89.766,11
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	47.386,96	jun/08	89.653,04
Nilson Pinto (PSDB/PA)	43.773,82	jun/08	89.439,95
Marco Maia (PT/RS)	30.775,76	dez/07	89.425,79
Jair Bolsonaro (PP/RJ)	31.637,46	dez/07	89.399,94
Lindomar Garçon (PV/RO)	45.890,75	dez/08	89.168,43
Inocêncio Oliveira (PR/PE)	40.728,77	jun/07	89.143,37
Ana Arraes (PSB/PE)	35.276,15	jun/08	89.043,26
Mário Negromonte (PP/BA)	39.100,00	jun/07	89.036,51
Nilmar Ruiz (DEM/TO)	42.420,43	dez/08	89.031,93
Ricardo Barros (PP/PR)	37.437,91	dez/07	88.868,57
Paulo Pereira da Silva (PDT/SP)	30.413,65	dez/07	88.232,66
Alberto Silva (PMDB/PI)	31.754,20	dez/08	88.189,99
Indio da Costa (DEM/RJ)	33.417,38	dez/08	88.044,96
Paulo Pimenta (PT/RS)	37.633,61	dez/08	87.972,78
Sandes Júnior (PP/GO)	48.194,69	dez/08	87.557,66
Maria Helena (PSB/RR)	31.142,14	jun/08	87.144,08
Henrique Fontana (PT/RS)	32.335,16	dez/08	87.085,36
Reginaldo Lopes (PT/MG)	36.507,26	dez/08	86.916,10
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)	30.406,66	dez/08	86.695,62
Fernando Chucre (PSDB/SP)	37.822,42	dez/08	86.657,36
Janete Capiberibe (PSB/P)	31.773,80	dez/08	86.207,98
Jair Bolsonaro (PP/RJ)	53.248,13	jun/08	85.170,08
Ana Arraes (PSB/PE)	33.348,90	dez/07	85.155,53
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	32.850,56	dez/07	84.743,68
Manuela D'Ávila (PC do B/RS)	32.989,49	dez/08	83.944,25
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	48.700,00	dez/08	83.887,26
Flávio Dino (PC do B/MA)	78.111,77	dez/08	83.815,93
Nazareno Fonteles (PT/PI)	38.201,12	dez/08	83.699,56
Nazareno Fonteles (PT/PI)	37.869,63	jun/07	83.112,71
Gustavo Fruet (PSDB/PR)	40.713,42	jun/07	82.800,63
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	35.561,53	dez/07	82.216,37
Jô Moraes (PC do B/MG)	49.760,89	dez/08	81.992,82
Beto Albuquerque (PSB/RS)	31.307,06	dez/08	81.355,74
Beto Albuquerque (PSB/RS)	33.398,76	dez/07	81.240,99

<b>Parlamentar</b>	<b>Montante</b>	<b>Mês/Ano</b>	<b>Total no semestre correspondente</b>
<i>Reginaldo Lopes (PT/MG)</i>	41.852,54	jun/07	79.713,63
<i>Marinha Raupp (PMDB/RO)</i>	43.016,43	dez/07	78.138,23
<i>Andreia Zito (PSDB/RJ)</i>	31.333,14	jun/07	75.000,01
<i>Ciro Pedrosa (PV/MG)</i>	34.813,66	jun/07	75.000,00
<i>João Bittar (DEM/MG)</i>	43.777,71	jun/07	75.000,00
<i>Andre Vargas (PT/PR)</i>	31.146,28	jun/07	74.999,97
<i>Beto Mansur (PP/SP)</i>	52.488,91	jun/07	74.999,96
<i>Carlos Zarattini (PT/SP)</i>	38.470,80	jun/07	74.999,96
<i>Giovanni Queiroz (PDT/PA)</i>	34.341,09	jun/07	74.965,08
<i>Paulo Piau (PMDB/MG)</i>	31.975,16	jun/07	74.837,48
<i>Elismar Prado (PT/MG)</i>	56.569,33	jun/07	74.818,64
<i>Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO)</i>	40.110,30	dez/07	74.516,09
<i>Filipe Pereira (PSC/RJ)</i>	32.974,58	jun/07	73.616,34
<i>Rodrigo Rollemberg (PSB/DF)</i>	34.070,71	jun/07	73.477,53
<i>Leonardo Quintão (PMDB/MG)</i>	42.648,46	dez/08	73.016,13
<i>João Maia (PR/RN)</i>	34.236,80	dez/08	72.517,97
<i>Rebecca Garcia (PP/AM)</i>	30.350,00	jun/07	71.790,00
<i>Maria Lúcia Cardoso (PMDB/MG)</i>	35.216,64	jun/08	69.152,22
<i>Luiz Alberto PT/BA)</i>	31.693,16	dez/08	63.760,01
<i>Humberto Souto (PPS/MG)</i>	34.517,28	dez/08	60.651,14
<i>Marina Maggessi (PPS/RJ)</i>	30.547,00	jun/07	59.130,03
<i>Lúcio Vale (PR/PA)</i>	35.560,67	jun/07	56.888,37

## Recomendações

Diante do exposto, a Transparência Brasil recomenda:

**À Mesa Diretora da Câmara dos Deputados** que determine a publicidade das notas fiscais apresentadas pelos parlamentares em 2007, em 2008 e no primeiro trimestre de 2009. Terminada a publicação dessas notas, sugere-se dar transparência também aos dados relativos à verba “indenizatória” entre 2001 e 2006.

**Ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União** que solicite à Câmara dos Deputados o conjunto das notas fiscais apresentadas pelos parlamentares nos últimos dois anos e no primeiro trimestre de 2009 e, caso encontre indícios de irregularidade, inicie uma investigação. Caso sejam confirmadas as irregularidades, sugere-se uma investigação sobre o uso da verba “indenizatória” entre 2001 e 2006.

O presente estudo foi enviado à Presidência da Câmara dos Deputados e à Procuradoria-Geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União.